

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 507.203 - RJ (2019/0120962-9)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
EMBARGANTE : VINICIUS CARVALHO MACEDO
ADVOGADOS : JOÃO VELOSO DE CARVALHO - PA013661
ANDREA AREDES NOVAES - RJ204927
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 158-161), opostos por **VINICIUS CARVALHO MACEDO**, contra decisão, às fls. 141-154, que **não conheceu do habeas corpus**.

Nas razões dos aclaratórios, o embargante sustenta haver **omissão** e **contradição** na decisão recorrida.

Em suma, aduz que *"o Douto Julgador narrou em sua decisão foi o fato do paciente ter sido apreendido com ciclos de anabolizantes. Que embora considerado pelo Ministro Relator um valor que não leve a crer ser o paciente traficante, não houve a devida fundamentação de desclassificação pelo artigo 28 da LD, como bem vem decidindo esse Tribunal, estando a decisão nessa parte omissa e contraditória"* (fl. 160).

Aponta que *"o paciente está preso com condenados de alta periculosidade e está pagando por um crime atípico e uma pena antecipada, e o processo ainda está para ser ouvidas testemunhas policiais que nem sequer se encontram mais lotados na mesma unidade, estando o Juízo com dificuldades de localização, o que perdurará por muito tempo o processo, e ainda resta patente que o anabolizante apreendido era para seu próprio consumo, não havendo prova ao contrário, nem mesmo palavras das únicas testemunhas que são os policiais, pois apenas presumiram não ser para consumo próprio"* (fl. 160).

Superior Tribunal de Justiça

Argumenta que a decisão embargada "não levou em consideração que o paciente está sendo crucificado por este delito e sendo primário, e presumivelmente inocente em todas as acusações, processos estes que ainda não há nem instrução. Não havendo nenhuma condenação em sua ficha de primeiro 1º ou 2º Grau que possa prejudica-lo ou impedir que o mesmo seja solto e responda o processo em liberdade. Neste caso, foi omissa a decisão que nem sequer utilizou-se do princípio do *in dubio pro reu*" (fl. 160).

Requer, ao final, o acolhimento dos presentes aclaratórios, com efeitos infringentes, para "o fim indicado nos itens acima apontados, reconsiderando a Decisão e determinar o regular andamento e apreciação para o devido encaminhamento ao reexame do Superior Tribunal de Justiça, para que seja concedida a ordem de habeas corpus, caso não reconsidere a decisão, e concedida a ordem de habeas corpus" (fl. 161).

O d. Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 168-176, pela **rejeição dos presentes aclaratórios**, conforme a seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR NO HABEAS CORPUS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. DENÚNCIA PELO CRIME PREVISTO NO ART. 273, §1º C/C §1º-B, I E IV, DO CP. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO OU DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONDUTA DESCRITA NO ART. 28, DA LEI Nº 11.343/06. INVIABILIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE DE MEDICAMENTOS E DE ENTORPECENTES APREENDIDOS. ANTERIOR ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO DE DROGAS. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PARECER PELA REJEIÇÃO DOS EMBARGOS E PELA EXTINÇÃO DO WRIT SEM JULGAMENTO DO MÉRITO OU PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."

É o relatório. **Decido.**

Inicialmente, **os presentes embargos não merecem prosperar.**

De plano, cumpre esclarecer que se admitem os embargos

Superior Tribunal de Justiça

declaratórios quando houver, na decisão embargada, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos dos arts. 619 e 620 do Código de Processo Penal, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do **decisum** nos efeitos infringentes. Também, para a correção de eventual erro material, consoante o entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência, hoje igualmente consagrado no art. 1.022, III, do atual Código de Processo Civil.

Na lição de **Nelson Nery Júnior & Rosa Maria Andrade Nery** (Código de Processo Civil Comentado, RT, 4ª ed., 1999, p. 1045): *"Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado"*.

No mesmo sentido, os precedentes: EDcl no AgRg no AREsp n. 292.108/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 20/2/2015; EDcl no RHC n. 35.243/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Félix Fischer**, DJe de 10/12/2014; EDcl no AgRg no AREsp n. 527.022/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Gurgel de Faria**, DJe de 9/10/2014; e EDcl no REsp n. 1.290.073/ES, **Quinta Turma**, Rel.^a Min.^a **Laurita Vaz**, DJe de 1º/7/2014.

Ao analisar os autos, verifica-se que o embargante afirma a existência de **omissão e contradição** na decisão embargada.

Entretanto, os argumentos apresentados não demonstram a busca por tal saneamento, mas sim a revisão do mérito - **o que não é permitido nesta via**.

Para ilustrar a controvérsia, trechos da decisão (fls. 141-154):

"A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e

Superior Tribunal de Justiça

eficácia do habeas corpus como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, incabível o presente mandamus, porquanto substitutivo de recurso ordinário.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

No que concerne ao trancamento da ação penal, consigne-se que constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da exordial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova de materialidade.

Para delimitar a questão, colaciono trechos do v. acórdão vergastado (fls. 98-101):

'Trata-se de writ objetivando a desclassificação do delito previsto no artigo 273, §1º B, incisos I e V do Código Penal, para o crime regulado no artigo 28 da lei 11.343/06 em se tratando de uso de drogas para consumo próprio e o trancamento do processo em razão da inconstitucionalidade do artigo 28 da LD. [...]

Conforme informações prestadas (e-doc 000053), a prisão preventiva justifica-se pela conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, havendo elementos informativos suficientes da materialidade e indícios de autoria. Ressaltou-se, que a FAC acostada demonstra reiteração criminosa do paciente, sendo motivo para constituir gravame à ordem pública.

Esclareceu-se que o paciente não mora no distrito da culpa e não foi encontrado para responder outra ação penal distribuída para a 37ª Vara Criminal da Capital.

Por fim, informou-se que a soltura do paciente geraria temor nas testemunhas, causando óbices à instrução, além de inexistir comprovação de residência e trabalho fixos. [...]

As alegações defensivas acerca da desclassificação do delito, considerando que as drogas seriam para uso próprio não possuem espaço para análise em sede da presente ação mandamental, que somente comporta constrangimentos ilegais aparentes que não demandam dilação probatória.

O Habeas Corpus é medida excepcional apto a sanar coações ilegais ao direito ambulatorial e não é remédio para apressar ou modificar as decisões judiciais.

Assim, inviável conhecer do pedido de desclassificação por não ser cabível sua apreciação sem a devida instrução criminal.

Afasta-se o trancamento da ação penal em razão de inconstitucionalidade ou atipicidade da conduta prevista no artigo 28 da LD.

Num primeiro momento, não se acolhe o pedido de

Superior Tribunal de Justiça

desclassificação por exigir análise aprofundada de provas.

Noutro giro, o trancamento da ação penal por meio de Habeas Corpus, reflete medida extrema, somente admitida nas hipóteses de evidente atipicidade, falta de justa causa e manifesta presença de causa de extinção da punibilidade, ou ainda, com a demonstração de alguma ilegalidade de plano, circunstâncias estas ausentes in casu.

Frisa-se, ser necessário o regular andamento da ação, para após a instrução processual, aferir a certeza sobre a presença, ou não, dos elementos de culpa, predominando na fase atual o princípio in dubio pro societate.

Da mesma forma, afasta-se o argumento de impossibilidade de utilizar condenações anteriores por uso de entorpecente como reincidência.'

Conforme se apreende da leitura acima, os pleitos de absolvição e/ou desclassificação da conduta não comportam acolhida.

Muito bem explicada no v. acórdão a impossibilidade de se percorrer todo o arcabouço probatório, aliás, ainda nem analisado na origem, para, nesta via estreita que é a do habeas corpus ou de seu recurso ordinário, afastar a imputação realizada.

Isso porque, embora a insurgência, a d. Defesa não foi capaz de apontar ilegalidade manifesta, identificável de plano, sem que fosse necessária longa incursão fática e probatória, a qual deve ser resguardada ao seu momento oportuno: o da instrução processual.

Ademais, bem embasada do ponto de vista jurídico a denúncia oferecida, com amparo nos indícios de autoria (a prisão, inclusive, foi em flagrante) e nas provas da materialidade, em especial, a grande quantidade de substância legalmente proscriita: 50 ampolas de Durateston, 500 comprimidos de Landerlan, 200 comprimidos de Stanozolol, 100 comprimidos de Oximetolona, 5 bujões de Decanoato de Nandrolona, 4 bujões de Stanozolol e 10 bujões de Ketamicina (fls. 32-33).

Portanto, com esteio nas provas nos autos e diante do necessário revolvimento fático-probatório para afastar o entendimento a quo, soberano na análise de provas, o presente writ não merece ser conhecido, até mesmo porque (como dito) se trata de via estreita, que não admite tal apreciação de forma aprofundada.

Nesse sentido, os seguintes julgados desta eg. Corte Superior:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SENTENÇA POSTERIOR. MANTIDOS OS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. NEGATIVA DE AUTORIA. INADMISSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO WRIT. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REINICIDÊNCIA. REITERAÇÃO DELITIVA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Esta Quinta Turma possui firme entendimento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o writ em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo. Precedente.

3. A análise da tese da negativa de autoria trazida pela defesa demanda o exame aprofundado de todo conjunto probatório como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus, que não admite dilação probatória. Precedentes. [...]

"Habeas corpus não conhecido" (HC 443.913/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 29/06/2018).

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.

2. São idôneas as razões adotadas para convolar a prisão em flagrante do acusado em custódia preventiva, diante da gravidade concreta da conduta, evidenciada pela apreensão de cerca de 107 g de maconha, petrechos destinados ao comércio de entorpecentes (tubos plásticos comumente utilizados para armazenamento de droga) e arma de fogo.

3. Quanto à tese defensiva de que parte dos entorpecentes e dos demais materiais apreendidos não pertenciam ao réu, observo que sua análise demandaria ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus, uma vez que o contexto fático reconhecido pelo Juízo monocrático é diverso, ao atribuir a posse da totalidade dos bens ao paciente.

4. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do CPP).

5. Ordem denegada" (HC 449.982/SC, Sexta Turma, Rel. Min.

Superior Tribunal de Justiça

Rogério Schietti Cruz, DJe 29/06/2018).

Este é também o entendimento do col. Supremo Tribunal Federal, consoante os seguintes precedentes:

"Habeas corpus. Prisão preventiva. Preenchimento dos requisitos do art. 312 do CPP. Inexistência de constrangimento ilegal. 2. Réu que respondeu ao processo em liberdade, beneficiado por ordem de habeas corpus concedida por esta Corte. 3. Nova prisão preventiva decretada no início da sessão do Tribunal do Júri, em razão de reiterados embaraços ao processo. Novos fundamentos. Garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal. 4. Presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, não há que se falar em ilegalidade apta a ensejar a concessão da ordem. 4. Irregularidades na sessão do Tribunal do Júri não constatadas a partir da prova pré-constituída nos autos. Impossibilidade de dilação probatória na estreita via do habeas corpus. 5. Ordem denegada" (HC 154.956/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 28/06/2018, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º DA LEI 8.137/90. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I. HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. INVIABILIDADE DO WRIT PARA REANALISAR PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELO RECONHECIMENTO DE ATIPICIDADE DO CRIME. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O objeto da tutela em habeas corpus é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, art. 5º, LXVIII), não cabendo sua utilização para reexaminar pressupostos de admissibilidade de recursos de outros tribunais.

2. A negativa de autoria do delito não é aferível na via do writ, cuja análise se encontra reservada aos processos de conhecimento, nos quais a dilação probatória tem espaço garantido. Precedentes: HC 114.889-AgR, Primeira Turma, minha relatoria, DJe 24/09/13; HC 114.616, Segunda Turma, Rel. Ministro Teori Zavascki, DJe 17/09/13.

3. In casu, o recorrente está sendo investigado em diversos inquéritos policiais e representações fiscais que apuram a prática de crimes previstos na Lei n.º 8.137/90.

4. A competência originária do Supremo Tribunal Federal para conhecer e julgar habeas corpus está definida, exhaustivamente, no artigo 102, inciso I, alíneas d e i, da Constituição da República, sendo certo que o paciente não está arrolado em qualquer das hipóteses sujeitas à jurisdição desta Corte.

5. Agravo regimental desprovido" (AgR no HC 142.018/SP,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 16/06/2017, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. SUSTENTAÇÃO ORAL. DESCABIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTAÇÃO APTA A MODIFICÁ-LA. MANUTENÇÃO DA NEGATIVA DE SEGUIMENTO. INTIMAÇÃO CERTIFICADA NOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *"Tendo em vista o princípio da especialidade, não cabe sustentação oral no julgamento de agravo regimental em matéria processual penal. Vedação expressa do regimento interno do STF." (HC 130810 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 02/08/2016)*

2. *A inexistência de argumentação apta a infirmar o julgamento monocrático conduz à manutenção da decisão recorrida.*

3. *Não há ilegalidade evidente ou teratologia a justificar a excepcionalíssima concessão da ordem de ofício na decisão que reconhece a validade de intimação de sentença de pronúncia com base em informação certificada nos autos. Impossibilidade de desconstituição da presunção relativa de veracidade do aludido ato processual na estreita via do habeas corpus, que não comporta dilação probatória.*

4. *Agravo regimental desprovido" (AgR no HC 129.369/RN Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe 17/11/2016, grifei).*

Por fim, observa-se que a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em dados concretos extraídos dos autos.

Neste ponto, assim consignou o v. acórdão (fls. 98-101):

'Noutro ponto, a prisão baseia-se na garantia da aplicação da lei penal e nos indícios de autoria e materialidade, tendo o Juízo a quo consubstanciado a necessidade da segregação cautelar, diante das informações nos autos evidenciarem o periculum in libertatis, garantindo-se assim, a ordem pública e a conveniência da instrução criminal.

Conclui-se que, ao contrário do sustentado pela defesa, motivos subsistem para que se mantenha a custódia do paciente, e, em que pese ser a constrição da liberdade a última ratio, deve ela ser conservada quando as medidas cautelares diversas da prisão não se mostrarem adequadas ou suficientes para coibir o cometimento de novos crimes ou para resguardar a ação penal.

Restaram evidenciados, no caso concreto, o fumus boni iuris e o periculum in libertatis, considerando as circunstâncias do caso concreto, gravidade da conduta e personalidade do paciente.

Ademais, o juízo de piso por ser o guardião dos autos e encontrar-se mais próximo das partes, possui melhores condições para analisar a real necessidade da medida.'

A decisão de conversão da prisão em flagrante, por sua vez, se deu nestes termos (fls. 26-29):

'Com efeito, a Folha de Antecedentes Criminais, acostada aos

Superior Tribunal de Justiça

autos nesta oportunidade (fls. 30/33), atesta que o flagranteado tem reiterado na prática criminosa e a jurisprudência já sedimentou o entendimento de que a reiteração na prática criminosa é motivo suficiente para constituir gravame à ordem pública, justificando a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o flagranteado não reside no distrito da culpa, de forma que a sua eventual soltura prejudicará a aplicação da lei penal; além de que há expedição de edital de citação e notificação, em razão de o indiciado encontra-se em local incerto e não sabido para responder ao processo de n.º 0144140-95.2018.8.19.0001 (37ª Vara Criminal da Capital).

Ainda, a prisão do flagranteado merece ser mantida para a conveniência da instrução criminal, diante do fato que as testemunhas/vítimas, por certo, sentir-se-ão amedrontadas em prestar depoimento estando este em liberdade.

Ademais, é necessário para a conveniência de todo processo, que a instrução criminal seja realizada de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do flagranteado. Por fim, a segregação preventiva também se justifica pelo fato de não haver qualquer comprovação de que o flagranteado exerça atividade laborativa lícita e que possua residência fixa, o que demonstra que a concessão da liberdade provisória em favor deste, neste momento, irá cabalmente de encontro à segurança de aplicação da Lei Penal e à própria efetividade da ação penal a ser deflagrada. Há que se garantir a finalidade útil do processo penal, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal. Registre-se, ainda, que as medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal não se mostram adequadas e suficientes no caso em exame. Ante o exposto, **CONVERTO** a prisão em flagrante em preventiva, com fundamento no artigo 312, caput, do Código de Processo Penal.' (grifei)

Do acima exposto, evidenciada de maneira inconteste a necessidade da prisão para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, seja em razão de indícios de que o paciente tem reiterado na esfera criminosa seja porque aparentemente se furta à aplicação da lei penal e não demonstra exercer labor lícito, nem mesmo possuir residência fixa, circunstâncias indicativas de maior desvalor da periculosidade concreta do agente e da necessidade de garantir a ordem pública, em virtude do fundado receio de reiteração delitiva.

Conforme a jurisprudência do col. Pretório Excelso, também se enquadra no conceito de garantia da ordem pública a necessidade de interromper ou diminuir a reiteração delitiva.

Colaciono o seguinte julgado do col. Supremo Tribunal Federal:

"HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA PARA A PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM INDEFERIDA.

1. Devem ser desconsiderados quaisquer fundamentos que não tenham sido expressamente mencionados no decreto de prisão preventiva,

Superior Tribunal de Justiça

pois, na linha da jurisprudência deste Supremo Tribunal, a idoneidade formal e substancial da motivação das decisões judiciais há de ser aferida segundo o que nela haja posto o juiz da causa, não sendo dado "ao Tribunal do habeas corpus, que a impugne, suprir-lhe as faltas ou complementá-la" (Habeas Corpus ns. 90.064, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 22.6.2007; 79.248, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 12.11.1999; 76.370, Rel. Ministro Octavio Gallotti, DJ 30.04.98).

2. A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva.

3. Ordem denegada" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009, grifei).

No mesmo sentido, os seguintes precedentes desta Corte:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS CONSUMADO E TENTADO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. VÍTIMA EXECUTADA COM 39 DISPAROS DE ARMA DE FOGO. MOTIVAÇÃO RELACIONADA AO TRÁFICO. VÍTIMA SOBREVIVENTE ALVEJADA POR TER PRESENCIADO O DELITO. PERICULOSIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. A tese de insuficiência das provas de autoria configura alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.

3. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

4. Na hipótese, o paciente é apontado como membro de organização criminosa voltada para o tráfico de drogas na cidade de Santa Terezinha de Goiás/GO. A vítima, então integrante do grupo, teria

Superior Tribunal de Justiça

supostamente repassado informações para a Polícia Militar, possibilitando a apreensão de grande quantidade de entorpecentes.

Por esse motivo, foi, em tese, executada com 39 disparos de arma de fogo. A segunda vítima, abrindo o portão de sua residência para ver o que estava acontecendo, foi alvejada no flanco esquerdo, mas sobreviveu. Tal dinâmica revela a evidente periculosidade do grupo, justificando a segregação tanto para assegurar a ordem pública quanto para interromper suas atividades criminosas.

5. Com efeito, "se a conduta do agente - seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime - revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despidendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014). [...]

8. Ordem não conhecida." (HC 476.207/GO, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 19/2/2019, grifei).[...]

Deve-se ressaltar, por último, que nem a presença de eventuais circunstâncias pessoais favoráveis teriam o condão de garantir a revogação da prisão preventiva, se há, nos autos, elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme analisado pelo d. Juízo de 1º Grau.

Em face desse cenário, verifica-se que as decisões impugnadas apresentaram fundamentação concreta e adequada para a continuidade da ação penal e manutenção da prisão preventiva, não havendo que se falar em constrangimento ilegal.

Ante o exposto, não conheço do habeas corpus."

Com efeito, restou devidamente demonstrado que as teses antes ventiladas (agora repetidas) já foram examinadas.

Isso porque houve sim a completa análise do mérito do habeas corpus, claro, dentro dos limites da via, e o afastamento de qualquer flagrante ilegalidade, mesmo que no contexto fático-probatório (contudo, restrito ao que fora alcançado pelas instâncias ordinárias).

Tudo isso inviabiliza nova análise no âmbito desta eg. Corte.

Consigne-se, ademais, que o julgador não é obrigado a se manifestar sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos

Superior Tribunal de Justiça

totalmente suficientes que justificaram suas razões de decidir.

Exemplificativamente, julgados desta Corte Superior:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ALEGADA OMISSÃO, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, DE MENÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS QUE TERIAM SIDO VIOLADOS. INEXISTÊNCIA DE MACULA A SER RECONHECIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal.

II - In casu, o acórdão embargado entendeu, com base em jurisprudência consolidada por esta Corte Superior de Justiça, através do Verbete 267, que "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

III - Deve-se registrar que "o julgador não é obrigado a se manifestar sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir. Assim, tendo a matéria recebido o devido e suficiente tratamento jurídico, não cabe a esta Corte construir teses com base em dispositivos da Carta Magna a pedido da parte, mesmo que a finalidade seja prequestionar a matéria". Não há, portanto, que se falar em omissão do acórdão embargado" (EDcl no AgRg no HC 377067/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 24/11/2017).

Embargos de Declaração rejeitados" (EDcl no AgRg no RMS n. 49.890/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 16/02/2018).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ALEGADA OMISSÃO, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, DE MENÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS QUE TERIAM SIDO VIOLADOS. AUSÊNCIA. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal - CPP. No caso concreto, ao revés do alegado pela embargante, não há que se falar em omissão, contradição ou erro no julgado. Observa-se que a embargante pretende, em verdade, a modificação do

Superior Tribunal de Justiça

provimento anterior, com a rediscussão da questão, o que não se coaduna com a medida integrativa.

2. *"A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no decisum embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos aclaratórios" (EDcl no AgInt na CR 11.165/EX, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 6/12/2017, DJe 9/2/2018)."* (EDcl no AgRg no REsp 1.683.591/PI, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 2/4/2018).

3. *Por fim, os embargos de declaração não constituem instrumento adequado ao prequestionamento, mesmo com vistas à interposição de Recurso Extraordinário. "Deve-se registrar que 'o julgador não é obrigado a se manifestar sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir. Assim, tendo a matéria recebido o devido e suficiente tratamento jurídico, não cabe a esta Corte construir teses com base em dispositivos da Carta Magna a pedido da parte, mesmo que a finalidade seja prequestionar a matéria. Não há, portanto, que se falar em omissão do acórdão embargado" (EDcl no AgRg no HC 377067/SP, quinta turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 24/11/2017)."* (EDcl no AgRg no RMS 49.890/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 16/2/2018).

Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no AgRg no RMS n. 56.335/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe de 14/11/2018, grifei).

Por derradeiro, verifica-se que o embargante pretende, em verdade, apenas o **reexame de matéria já julgada**, objetivo que, como explicado, não se conforma à finalidade a que se destinam os embargos declaratórios.

Assim, não há que se falar em saneamento do **decisum**, tão somente porque contrário aos interesses do recorrente. **Nesse sentido:** *"Mostra-se evidente a busca indevida de efeitos infringentes, em virtude da irresignação decorrente do resultado do julgamento que desproveu o agravo regimental pois, na espécie, à conta de omissão no decisum, pretende o embargante a rediscussão de matéria já apreciada"* (EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.205.732/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 12/11/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **rejeito os embargos declaratórios.**

P. I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

